

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Universidade de Coimbra

## APOSTILAS EPIGRÁFICAS — 2

Estas linhas vêm na sequência do texto que, sob o mesmo título, foi incluído no vol. XLVI (1994) da revista *Humanitas*, do Instituto de Estudos Clássicos. Visam dar a conhecer recentes revisões de leituras de monumentos epigráficos já publicados<sup>1</sup>.

### 1. *Um testemunho da gens Toria*

No livro *Génesis — A Origem do Homem e do Universo* (Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 14) cita o seu autor, John Gribbin, uma frase de Sir Fred Houyle, que, no domínio da investigação, se reveste de indubitável relevância:

«As respostas não são importantes; as perguntas é que são».

Na verdade, ocorre amiúde, em Epigrafia, que hipóteses interpretativas sugeridas por um investigador em termos que não suscitam dúvida acabam por instalar-se como dado adquirido, sem que se proporcione oportunidade de as repensar ou de buscar alternativas.

---

<sup>1</sup> O ritmo a que os conhecimentos ora evoluem é de tal ordem que textos com estas características se revelam de grande necessidade para que a informação circule mais rapidamente e se não repitam indefinidamente lapsos involuntários, com o que ninguém beneficia. Veja-se, a título de exemplo, que inclusive o primeiro documento epigráfico que dei a conhecer nesse artigo e que, até então, passara despercebido, já fora também referido por Mário Saa (in *As Grandes Vias da Lusitânia*, III, Lisboa, 1960, p. 337), com a indicação precisa da sua localização: «na fraga do caminho da Telheira», em Numão. Segundo Mário Saa, o texto «não oferece dúvidas» e a sua interpretação é, no fundamental, correcta: «Horto de Reburus, filho de P(rimus)». Em vez de Primus deve ler-se Publius. Em seu entender, teria sido mesmo este letreiro que estaria na base da atribuição ao sítio do topónimo «Horta de Numão».

Assim sucedeu em relação a um epitáfio de Cascais, que há poucos meses republiquei (1994 n.º 21, pp. 57-60), seguindo a primeira leitura que dele fora feita por Félix Alves Pereira, sem que minimamente me tivesse passado pela cabeça a possibilidade de outra interpretação.

Aconteceu, porém, que, ao olhar para a fotografia, mesmo antes de atentar na leitura dada, a Dr.ª Manuela Alves Dias — desprovida, portanto, de qualquer «preconceito» — «viu» essa outra hipótese, que é, de facto, a hipótese ajustada <sup>2</sup>.

Por consequência, uma correcção importante a fazer: o epitáfio constante da cupa, proveniente do Casal de Santa Teresinha, Alapraia (freguesia do Estoril, concelho de Cascais), refere-se não a [G(*aius*)?] VITORIVS VICTOR mas a M(*arcus*) TORIVS VICTOR. Observando com atenção a pedra e a fotografia (*foto 1*), não há, na verdade, margem para dúvida quanto a esta nova proposta de leitura.

Devem, pois, eliminar-se as considerações exaradas no comentário histórico (*ibidem*, p. 59) acerca da ocorrência do gentílico *Vitorius* e substituir-se por aquilo que ora se nos oferece dizer a propósito de *Torius*.

Antes de mais, cumpre realçar que esta «substituição» se revela do maior interesse histórico, porque vem justamente reforçar o que, na conclusão daquele volume (pp. 71-72), se afirmava quanto à origem itálica da primeira população romana da chamada península de Lisboa. Conhecem-se, até ao momento, apenas mais dois testemunhos desta família na epigrafia peninsular: *Q. Torius Culleo* foi um notável e benemérito procurador imperial da província da Bética, a quem, provavelmente no século II da nossa era, a população de Cástulo prestou solene homenagem (ILER 1417); em Ampúrias, é um liberto, *Torius Zosimus*, que, a expensas suas, manda erigir uma estátua a *Vénus Augusta* (IRC III 18 = HEp 4 396). Ao comentarem este último texto, afirmam os autores da obra citada (p. 52):

«Le gentilice *Torius*, peu fréquent, n'est pas inconnu, mais concerne essentiellement l'Italie».

E explicitam, em nota, ser na Itália do Norte e central a área de maior expansão deste nome, o que confirma, como se disse, os dados de que dispomos para o povoamento do *ager Olisiponensis*.

<sup>2</sup> Agradeço à Dr.ª Manuela Alves Dias a gentileza da correcção.



Foto 1

## 2. *Delicium*

Nem sempre se tem feito a necessária aproximação entre epigrafistas e estudiosos da Cultura Clássica. Estão os primeiros mais próximos da realidade arqueológica concreta; e, de um modo geral, mantêm-se os segundos ligados, de preferência, aos textos literários. Há, porém, 'contaminações' a estudar, mesmo no âmbito do comezinho epitáfio, de linguagem prosaica — embora seja a nível das formas poé-

ticas, como tantas vezes se tem demonstrado, que a simbiose é maior <sup>3</sup>.

Vem esta reflexão a propósito de um singelo epitáfio recolhido na freguesia de Pias (concelho de Serpa), guardado no Museu Nacional de Arqueologia (N.º E 7273 do Inventário antigo) e que, apesar de publicado <sup>4</sup>, não tem merecido, talvez, a atenção a que há jus pelo significado cultural que detém.

Trata-se de uma pequena placa de mármore (20 × 30 × 3,5 cm), moldurada, com a seguinte inscrição:

APOLAVSIS / ANTISTIAE . PR/ISCAE DELICI/VM . ANNI-  
CIA / DIERVVM XXXXVIII (*octo et quadraginta*) / H(ic) S(ita)  
E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis)

*Aquí jaz Apolausis Anícia, delícias de Antístia Prisca, de quarenta e oito dias. Que a terra te seja leve.*

A primeira observação a fazer prende-se com a identificação da defunta. Creio estarmos perante mais um caso em que, certamente devido à sua tenra idade, o *cognomen*, que foi o nome próprio logo atribuído, antecede o *nomen*, o que noutras ocasiões também se documenta <sup>5</sup>.

O gentílico *Annicus* não se regista, porém, com dois *m*, o que constitui, por seu turno, outra singularidade gramatical <sup>6</sup>. É antropónimo raro na epigrafia peninsular, embora surja tanto em ambientes latinos como em contexto indígena: Hübner (CIL II p. 1054) e J. Vives registam apenas quatro exemplos (ILER 903, 1423, 2570 e 3623) a que se deve juntar CIL II 2955 = ILER 6178, onde A. Echevarría

<sup>3</sup> Recorde-se o trabalho, já clássico, de Raymond CHEVALLIER, *Épigraphie e Littérature à Rome*, Faenza, 1972, assim como toda a obra do saudoso Gabriel SANDERS, que traz abundante bibliografia a esse propósito: a colectânea *Lapides Memores*, Faenza, 1991 (designadamente, pp. 427-480) ou o texto de minha especial predilecção, «Sauver le nom de l'oubli: le témoignage des CLE d'Afrique et aliunde», *L'Africa romana*, 6\*, Sassari, 1989, pp. 43-79.

<sup>4</sup> Cf.: ROSA CAPEANS, «Antigualhas lusitano-romanas», *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, 556-559; LIMA 1951 206; HAE 855; Scarlat LAMBRINO, «Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 1, 1967, 141-142; AE 1969-70 241; ILER 3356.

<sup>5</sup> Vide a rubrica *cognomen ante gentilicium positum* in CIL II, p. 1200 e também IRCP, p. 888.

<sup>6</sup> Vide a rubrica *consonantes geminae pro simplicibus* in CIL II, p. 1185 e também IRCP, p. 881.

(cf. HEp 3 1993 14) leu, como no caso vertente, *Annicus* (com dois *nn*), em vez do anterior *Minicius Florus* <sup>7</sup>.

Quanto a *Apolausis*, é cognome de etimologia grega, extremamente raro se considerarmos que Solin (1982, p. 1198) somente recolheu um testemunho na epigrafia de Roma: a liberta *Munatia Apolausis* (CIL VI 35880). Corresponder-lhe-á o masculino *Apolausus* (AE 1979 299).

A outra personagem referida na epígrafe detém, ao invés, uma onomástica mais frequente, de raiz bem latina: registam-se, em *Pax Julia*, dois *Antistii*, sacerdotes de Cibele (IRCP 289); do cognome *Priscus* e seus derivados há também diversos exemplos no *conventus Pacensis* (IRCP p. 869) <sup>8</sup>.

Contudo, o dado mais curioso da epígrafe é, sem dúvida, o modo como vem expressa a relação entre as duas personagens: *Apolausis* constituía «as delícias» de *Prisca*. Atendendo à tenra idade da defunta <sup>9</sup>, somos inclinados a ver aqui, de preferência, uma relação maternal: *Prisca* era, muito provavelmente, a mãe (natural ou adoptiva) de *Apolausis*. A dor da perda prematura — bem patente na utilização do termo «*delicium*» — «impediu-a» de juntar qualquer outro vocábulo.

*Delicium* regista-se, de vez em quando, na linguagem epigráfica, embora seja reflexo evidente da linguagem falada, haurida até em contextos literários. Detém enorme carga afectiva, a que a presença dum adjectivo possessivo ainda empresta, por vezes, maior calor: é o caso do epitáfio de Cádiz (CIL II 1852 = ILER 3884) em que um(a) dedicante anónimo(a) chama *delicium meum* a uma criança de cinco anos,

<sup>7</sup> Ao contrário do que se diz em HEp 3 1993 14, não se trata propriamente de uma «nova leitura» desse *nomen*. Na verdade, já M<sup>a</sup> Lourdes ALBERTOS (in «Alava Pre-romana y Romana — Estudio Lingüístico», *Estudios de Arqueología Alavesa* 4 1970 127-128 e 148) aventara essa hipótese, chegando mesmo a considerar *Annicus* como passível de pertencer ao universo antroponímico pré-romano, relacionável com *Anna*, «palavra do balbucio infantil que sói designar os avós». Apesar da já referida ocorrência em contexto pré-romano, continuo a preferir uma etimologia latina, considerando que houve apropriação por parte dos indígenas dum nome trazido pelo colonizador. Acerca da *gens Anicia*, cf.: Michel CHRISTOL, «À propos des *Anicii*: le troisième siècle», *Mélanges de l'École Française de Rome — Antiquité*, 98(1) 1986 141-164.

<sup>8</sup> Foi certamente por lapso que, na p. 660 de ILER, se registou «*Apolausis Antistiae Priscae*» como se de uma única personagem se tratasse.

<sup>9</sup> E aqui haveria uma outra observação a fazer: 48 dias são um pouco mais que mês e meio; no entanto, a divisão em meses não foi adoptada e essa opção detém particular significado também: contaram-se os dias e foram poucos... A carga de ternura familiar aqui latente não poderia deixar de comover o passante.

Mercurial de seu nome. É, segundo creio, o outro único exemplo peninsular; documenta-se também em EE VIII 470 e, de 1961 a 1980, *L'Année Épigraphique* registou apenas mais dois testemunhos e um do vocábulo equivalente *deliciae*<sup>10</sup>.

Em suma, na sua simplicidade, a placa é sintoma de elevado grau de romanização, incompatível com gentes autóctones: as personagens nela mencionadas provieram certamente da Península Itálica e serão de incluir entre os primeiros colonizadores da região<sup>11</sup>.

### 3. *Caius Baebius Masculus, turubrigensis*

Está no Museu Rainha D. Leonor, de Beja, uma elegante ara funerária de mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa — desprovida já do capitel e incomplete no terço superior esquerdo — a que foi dado o n.º de inventário B-147 (*foto 2*).

De acordo com as informações de Abel Viana — o único investigador que, até agora, pormenorizadamente se debruçou sobre o monumento —, foi por ele identificado na Herdade da Corte de Messangil, freguesia de Vale de Vargo, concelho de Serpa (cf. Alarcão 1988 n.º 8/185), num local situado a cerca de 400 metros a poente do monte, onde também viu «grande profusão de fragmentos de cerâmica romana, na maioria *tegulae* e tijolos (*lateres*), e ainda um lanço de paredão cuja procedência logo se nota pela qualidade da argamassa». O «bloco de mármore» estava «quase totalmente incrustado na raiz de anoso zambujo cujo tronco fora partido pelo vendaval de Fevereiro de 1941».

Na face lateral esquerda, há restos de um vaso esculpido em baixo-relevo, e, na direita, uma pátera, em baixo-relevo também.

Na face dianteira do fuste, o campo epigráfico, rebaixado, está delimitado por uma fiada exterior de pérolas de separação singela, a que se segue uma moldura do tipo gola directa. Uma gola e uma garganta reversas constituem a molduração que separa o fuste da ampla base (32 cm de altura).

<sup>10</sup> Cf. LASSÈRE 1992 625, que cita: AE 1974 257 (*deliciae*); 1968 74 e 1974 296.

<sup>11</sup> Também aqui, no entanto, a aculturação onomástica depressa se efectivou. Recordo a placa funerária de Serpa cuja fotografia o Dr. José Olivio Caeiro, da Universidade de Évora, em tempos teve a amabilidade de me mostrar (e que ainda se mantém, creio, por publicar): *Amoena, Silvanus* e *Agricola*, filhos de *Seneca*, homenageavam aí, por disposição testamentária, os seus antepassados (*avia* e *avunculus*), em cuja onomástica o bem latino *Optatus* andava a par do bem indígena *Saelgius* e do não menos peninsular *Arco*.



Foto 2

Dimensões (segundo Abel Viana): 121 × 65 × 39 cm.

[D(is)] . M(anibus) . / [CAI?]O BAEBIO / [M]ASCVLO /  
 [TV]RVBRIGE(n)SIS [sic] / <sup>5</sup> [A]N(norum) . XVII (septemdecim) .  
 M(ensium) . VI (sex) / D(ierum) . XXIX (undetriginta) / H(ic) .  
 S(itus) . E(st) . S(it) . T(ibi) . T(erra) . L(evis)

*Aos deuses Manes. A Gaio Bêbio Másculo, turubrigense, de dezasseite anos, seis meses, vinte e nove dias. Aqui jaz. Que a terra te seja leve.*

Altura das letras (segundo A. Viana): 4,5 (não foram medidas as letras menores, que são sensivelmente metade das demais).

VIANA 1946 47-51 (com desenho) = LIMA 1951 195 = ILER 5367.

Abel Viana pensa que, no final da l. 1, «ficaria bem um “S”», que não chegou, porém, a ser gravado; acha que, na l. 2, «faltam, pelo menos, duas letras do *praenomen*... *OBAERIO*»; na l. 3, sugere a reconstituição PASCVLO ou MASCVLO; na l. 4, restitui, ainda que dubitativamente, [ME]RVBRIGENSIS, porque, diz, «não vejo nome de cidade, com a terminação céltica *-briga*, que melhor se possa compor, restituindo as duas letras que faltam, além de Meróbriga», e, por outro lado, embora a grafia correcta fosse *Merobrigensis*, «em duas lápides de Meróbriga, citadas por Resende nas «*Antiquitates Lusitaniae*», aparece *Merobriga*»<sup>12</sup>; na l. 4, opta por reconstituir [AN]N(*orum*).

Que eu saiba, a epígrafe uão voltov a ser estudada, de modo que aos elementos informativos que fornece ainda não foi dado o merecido relevo.

Na l. 1, ao contrário do que pensava Abel Viana, não carece a fórmula consecratória de ser completada. Na l. 2, o *praenomen* do jovem defunto deveria estar por extenso: [CAI]O será uma hipótese viável, atendendo ao espaço disponível; o segundo B do *nomen* não oferece dúvidas de leitura. No início da l. 3, se atentarmos na largura do M da l. 1, não veremos dificuldade em preferir [M]ASCVLO. Na l. 4, tanto ME como MI se me afiguram demasiado largos: TV convence-me mais. E também na l. 5 só há lugar para o A.

Paginação cuidada, segundo eixo da simetria e de acordo com a lógica textual, não cortando palavras e recorrendo, por isso, a um O mais pequeno no fim da l. 2; em contrapartida, o S final da l. 4 — que está a mais, por ser dativo — resulta da distração do lapicida (mais habituado, se calhar, a ouvir a palavra no nominativo). A grafia do *praenomen* por extenso deve ter obedecido também a imperativos de paginação. Pontuação correcta (inexistente apenas entre o O e o B, na l. 2, por manifesta falta de espaço), sendo os pontos de separação, para usar a expressão de Abel Viana, «do feitio de cunha, apontados para a esquerda do observador».

Caracteres quase classificáveis como capitais quadrados, se tivermos em consideração, por exemplo, a circularidade do O e do C, o

<sup>12</sup> Refere-se a dois textos seguramente forjados por aquele humanista: CIL II 4\* e 3\*.

traçado equilibrado do V, do D e do T; M bastante aberto, como se disse; X levemente inclinado para trás; B assimétrico; G de haste vertical muito breve. Paleograficamente, um monumento datável de meados do século I da nossa era.

Como facilmente se pode depreender quer da sumptuosidade original do monumento quer da simples leitura do próprio texto, estamos perante uma inscrição notável.

O gentílico *Baebius* só aparece uma vez no *conventus Pacensis*, no termo de Bencatel, a identificar uma indígena romanizada, *Baebia Boutia* (IRCP 467); mas os *Baebii* são muito importantes em toda a Bética<sup>13</sup>, daí também que seja preferível atribuir-lhe *Turobriga* como *origo*.

*Masculus* é cognome de origem latina (KAJANTO 1965 307) de que, na Península, se conhece um testemunho em Tarragona, como patronímico do flâmine *L. Aufidius Celer Masculin s* (ILER 1549), e um outro num grafito de *terra sigillata* hispânica achado no termo de Clúnia (HEp 2 1990 185j).

*Turobriga* situar-se-ia na Bética, mas é por enquanto desconhecida a sua exacta localização (cf. TOVAR 1974 173). Recorde-se que a divindade indígena Atégina teve o epíteto *Turubrigensis*, o que mostra ter sido númen de especial devoção na cidade, onde teria, decerto, santuário em sua honra (cf. IRCP, p. 799-800). A omissão do *n* na terminação *-ensis* não é invulgar: cf. CIL II p. 1189.

#### 4. *Aurelia Annita*

Está também no Museu Rainha D. Leonor, de Beja, uma outra elegante ara funerária de mármore de Pardais, branco com veios cinzento-azulados, a que foi dado o n.º de inventário B-146 (*fotos 3 a 5*).

De acordo com as informações de Abel Viana — também aqui o único investigador que, até agora, pormenorizadamente se debruçou sobre o monumento —, foi «achado por ocasião da grande cheia de 1876, na margem da Ribeira do Enxoé, pequeno tributário do Guadiana, no sítio em que ela atravessa a Herdade da Corte de Messangil», freguesia

<sup>13</sup> Cf. Carmen CASTILLO, «Städte und Personen der Baetica», *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, Berlin, II 3 1975 p. 636. São conhecidos os *Baebii* de Sagunto: cf. Géza ALFÖLDI, *Los Baebii de Saguntum*, Valencia, 1977, e os índices (p. 419-421) de Francisco BELTRÁN LLORIS, *Epigrafia Latina de Saguntum y Su Territorium*, Valencia, 1980.



Foto 3

de Vale de Vargo, concelho de Serpa, herdade donde proveio também o monumento anterior <sup>14</sup>.

<sup>14</sup> José Vives atribui ao monumento duas procedências, ambas erradas: Mértola (ILER 3322) e Beja (ILER 3333).

Conta Abel Viana que o «proprietário, José Gomes Varela Júnior, Visconde de Messangil, fê-lo então transportar para local mais próximo do 'monte', onde permaneceu, encostado a um muro, até Junho de 1941, data em que o Sr. José Teotónio Varela, actual proprietário da herdade e filho do falecido Visconde, o ofereceu ao Museu Regional, por intermédio do Sr. Dr. Leonel Pedro Banha da Silva, presidente da Câmara Municipal de Beja». Informa ainda que foi da iniciativa do Visconde a ligação com cimento dos «dois blocos em que o monumento se havia cindido».



Foto 4

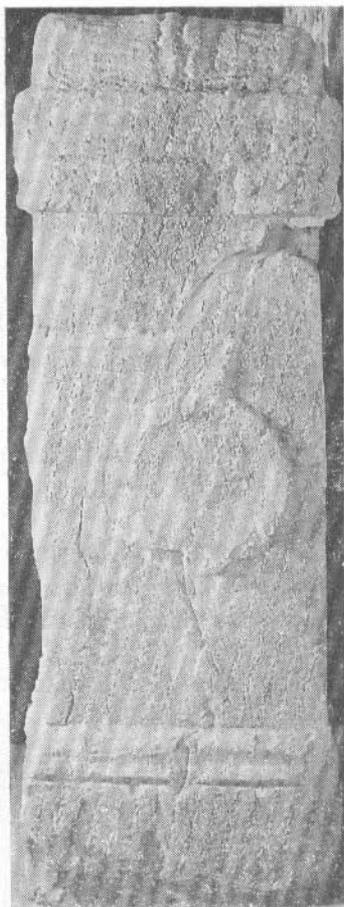


Foto 5

O capitel — que somente sofreu escoriações do lado esquerdo — ostenta um frontão, ora mutilado, ladeado por dois toros semelhante dois feixes com representação da corda da atadura a meio. O plinto em que assentam está separado do fuste por uma moldura do tipo gola reversa.

Na face dianteira do fuste, a inscrição encontra-se inferiormente enquadrada por uma grinalda, em relevo, de folhas e bagas «de loureiro?», pergunta Abel Viana, que prossegue assim a sua descrição: «Tem a forma de U, rematando a um e outro lado por uma cápsula

lobulada, do topo da qual saem, graciosamente encurvados, apêndices quase filiformes».

Na face lateral esquerda, há um vaso esculpido em relevo, com 40 cm de altura, estilizado, asa à esquerda, levantada, corpo ovalado e pé largo; e, na direita, uma pátera, em relevo também, com o cabo em posição oblíqua superior (Abel Viana prefere ver aqui um *speculum*, mas dá-me a impressão de ter havido *umbo* central, o que apenas se coaduna com a representação duma pátera).

Dimensões (segundo Abel Viana): 125 × 65 × 45 cm.

DIS . MANIBVS / AVRELIAE . ARCONIS . F(iliae) . ANNI-  
TAE / ANNORVM XVI (sedecim) / HIC . S(ita) . E(st) . S(it) .  
T(ibi) . T(erra) . L(evis).

*Aos deuses Manes. A Aurélia Anita, filha de Arcão, de dezasseis anos. Aqui jaz. Que a terra te seja leve.*

Altura das letras (segundo A. Viana): l. 1: 5,8/6; l. 2: 4,5/4,7; l. 3: 4,5; l. 4: 4,5/5 (também aqui não foram medidas as letras menores, que são sensivelmente metade das demais).

VIANA 1946 46-47 (com desenho) = LIMA 1951 194 = HAE 847 =  
= ILER 3322 e 3333.

Variantes de leitura: l. 2: AVRELIA (Viana, ILER 3333), FANNIAE (Viana, Lima e ILER 3322), FANN...AE (ILER 3333); l. 4: ILER 3322 omite-a.

Na verdade, a única dúvida de leitura situa-se no final da l. 2, onde a escassez do espaço levou o lapicida a juntar tanto o I e o T que a barra superior da letra resulta imperceptível.

A paginação teve em conta os aspectos estéticos, condicionada como estava a disposição do texto pela existência prévia da grinalda. De certo modo, seguiu-se um eixo de simetria e a lógica dos dados a incluir obrigou a algum malabarismo por parte do *ordinator*: forçado a pôr na l. 2 todos os elementos onomásticos, apertados (o O incluso no C), optou por grafar por extenso a invocação aos Manes (com recurso a uma pequena letra, o V) e a palavra *annorum* de modo a enquadrá-la entre as pontas da grinalda; a fórmula final — cuja exacta grafia a fractura impede de observar — é também ela encaixada no espaço livre, não sem que, para isso, tenha preferido escrever por extenso a primeira palavra.

No conjunto, apesar da lógica da paginação, o desenho irregular das letras destoa da magnificência decorativa. Na verdade, os caracteres são actuários e apresentam *ductus* diversos.

Seríamos tentados a entender o monumento dedicado aos deuses Manes de Aurélia e não aos deuses Manes e a Aurélia. Creio que a segunda interpretação detém mais razão de ser: primeiro, porque no monumento anterior, de Másculo, procedente, sem dúvida, da mesma oficina epigráfica, o nome do defunto está em dativo e não em genitivo; depois, porque se o monumento se consagra aos deuses Manes (e, neste caso, estamos precisamente no início da adopção desse hábito) também não é menos verdade que um monumento assim se pretende dedicar a alguém, cuja perda, na flor da idade, muito emocionou os familiares. Repare-se, aliás, que se omite a menção do dedicante: foram, sem dúvida, os pais.

E essa omissão pode ter também um outro significado cultural. Os familiares são indígenas, o monumento é feito segundo os mais esbeltos cânones estéticos romanos. Terão preferido, pois, manter-se na sombra. Somente o pai é mencionado, através do seu nome único, *Arco*, um antropónimo que, embora etimologicamente latino, foi da especial predilecção dos indígenas peninsulares (cf. IRCP, p. 401, nota 3).

O patronímico *Arconis* surge também na placa (já referida na nota 11) proveniente da Herdade da Folha do Ouro (S. Salvador, Serpa). E se o gentílico *Aurelius* é muito frequente tanto na Península em geral como no *conventus Pacensis* (cf. IRCP, p. 310), o mesmo se não poderá dizer do diminutivo *Annita*, aqui a exercer as vezes de *cognomen*. Kajanto (1965 171) só recolheu um exemplo, da Gália (ILG 1503), e mesmo Maria Lourdes Albertos, ao tratar de *Anna* (1966, 26-27), não se lhe refere.

Estamos, pois, em presença de mais um testemunho da simbiose onomástica que se operou entre indígenas e romanos: o patronímico vem indicado ainda à maneira pré-romana, a jovem defunta já detém os dois nomes próprios da nomenclatura latina, mas o cognome, apesar de formado à maneira latina, é um diminutivo que tem muito a ver com a linguagem corrente e radica na antroponímia local.

Por último, aqui se regista de novo a atitude habitual quando duas tradicionais culturais se encontram: os aspectos estéticos, vistosos, da cultura recém-chegada depressa são adoptados pela população autóctone. Esteticamente também, estamos mais perto da bem romanizada Bética que da ruralidade dominante na Lusitânia pacense.

## BIBLIOGRAFIA CITADA NO TEXTO

- AE = *L'Année Épigraphique*. Paris. (Cita-se pelo ano e n.º da inscrição).
- ALARCÃO (Jorge de), *Roman Portugal*, Warminster, 1988.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim, 1869 e 1892.
- EE = *Ephemeris Epigraphica*, Berlim.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais, 1994.
- HAE = *Hispania Antiqua Epigraphica*, Madrid.
- HEp = *Hispania Epigraphica*, Madrid: 1, 1989; 2, 1990; 3, 1993; 4, 1994. (Cita-se pelo número da inscrição).
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972. (Cita-se habitualmente pelo número da inscrição).
- IRC III = FABRE (Georges), MAYER (Marc) e RODÀ (Isabel), *Inscriptions Romaines de Catalogne: III. Gerone*, Paris, 1991. (Cita-se pelo número da inscrição).
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Helsingfors, 1965.
- LASSÈRE (Jean-Marie), *Tables Générales de L'Année Épigraphique (1961-1980)*, Paris, 1992.
- LIMA (J. Fragoso de), «Aspectos da romanização no território português da Bética», *O Arqueólogo Português*, 2.ª série, 1, 1951, 171-211.
- SOLIN (Heikki), *Die Griechischen Personennamen in Rom — Ein Namenbuch*, Berlim, 1982.
- TOVAR (Antonio), *Iberische Landeskunde: 2 — Baetica*, Baden-Baden, 1974.
- VIANA (Abel), *Museu Regional de Beja — Secção Lapidar*, Beja, 1946. (Separata do *Arquivo de Beja* I 1944 349-364, II 1945 97-128 e 232-265).

(Fotografias de Guilherme Cardoso)